



VIEIRA, Dilermando Ramos. *História do catolicismo no Brasil: 1989-1945*. Vol. 2. São Paulo: Santuário, 2016.

Ariél Philippi Machado (Facasc)\*

Professor Frei Dilermando Ramos Vieira é um religioso servita, professor visitante na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, com formação em Filosofia e Teologia. Mestre em Mariologia e Doutor em História Eclesiástica, o professor Dilermando apresenta em dois volumes o resultado de suas pesquisas que lhe renderam a especialidade em história da Igreja no Brasil, com foco nos séculos XIX e XX.

O primeiro volume publicado, intitulado *História do catolicismo no Brasil: 1500 a 1889*, retrata os primeiros movimentos e eventos religiosos em terras brasileiras. A importação de um modelo de religião cristã nos navios portugueses. As disputas territoriais com os espanhóis e as bênçãos das duas coroas. Todo o percurso colonial e imperial com o famoso regime do padroado é relatado na primeira parte da obra, dividida em dois volumes.

A segunda parte, aqui resenhada, volume intitulado *História do catolicismo no Brasil: 1889 a 1945*, reserva-se nas especulações acerca da Igreja no Brasil, na transição e início do governo republicano, a implantação de um perfil de Igreja local e as múltiplas contribuições das ordens religiosas. O segundo volume da obra expõe fatos que contribuíram para a estabilidade da Constituição da República, as ereções de novas Dioceses e Arquidioceses, as diretrizes pastorais da época, a contribuição dos religiosos e a atuação dos leigos.

No primeiro capítulo, *A Igreja no alvorecer do regime republicano laico*, o autor apresenta as investidas da hierarquia da Igreja no Brasil como manifestações de apoio ao novo regime, mesmo que suas presenças públicas não fossem tão declaradas. Na realidade, as alianças com a Monarquia já não eram tão venturosas para o poder eclesial e o novo

---

\* Especialista em Direito Administrativo pela UCAM Prominas. Licenciado em Matemática pela Unisul, Bacharel em Filosofia pela FSL-Brusque, Bacharel em Teologia pela FACASC. Procurador Institucional da FACASC e Professor nos Cursos de Extensão em Teologia Bíblico-Catequética.

E-mail: kiko18pm@gmail.com; pi@facasc.edu.br



regime surge como fôlego para as camadas de poder. A nova República inicia a redação de sua Constituição. Nela fica declarada a laicidade do Estado, pelo Decreto 119A, de 7 de janeiro de 1890. Bom para a religião predominante no contexto, o catolicismo.

A laicidade é positiva no âmbito das relações diplomáticas e eclesiais. Mas um fator que precisou ser enfrentado pela Igreja no Brasil foi a secularização do Estado. Para isso, durante a reunião do episcopado brasileiro em São Paulo, no dia 19 de março de 1890, foi publicada a Carta Coletiva com as opiniões e reflexões daqueles momentos que faziam a transição do padroado para um poder civil neutro. Curiosa é a intenção de retorno ao padroado que a Carta propunha em seu final, com o apelo de que “Deus o quer”.

Tal desejo ganhou realidade na influência da Igreja nos debates da Constituição de 1891. Todas as manobras do internúncio junto a Dom José Pereira da Silva Barros foram no intento de evitar qualquer risco à chamada liberdade religiosa prevista. Várias conversas com deputados e membros do poder civil foram realizadas para evitar os excessos anticlericais. Conversas também foram feitas em Roma para conciliar os ideais da igreja ultramontana.

O segundo capítulo *A acomodação do Estado e da Igreja à nova ordem vigente* revela o início conflituoso da Igreja com o novo regime de governo do Brasil. As questões giraram entre os privilégios num clima de neutralidade do Estado, refletindo nas disputas de datas de feriados com inspiração religiosa. Outro assunto espinhoso para a jovem república foi o consenso sobre a oficialidade do matrimônio e do divórcio, tema que a Igreja obrigou-se a considerar comum.

O episódio da I Guerra Mundial é citado no segundo capítulo, evento que uniu as intenções das forças militares e governo civil com as disposições eclesiais de zelo pelo povo brasileiro. Outro fato presente no capítulo é a presença da Igreja sendo expandida no território nacional por meio das congregações. Assim, missionários foram enfrentando a realidade dos interiores dos Estados com a intenção de implantar a vida eclesial, e não muito distante, os ideais civis da nova república.

A ocupação religiosa era instrumento da pacificação e estreitamento de relações com as povos nativos. Na responsabilidade dos líderes religiosos, estava também a missão de cuidar das vidas em suas



distintas crises, foi o caso do enfrentamento da gripe espanhola no início do século XX.

Para o terceiro capítulo, *A reorganização eclesial na república velha*, ficaram reservadas as iniciativas da Igreja para ampliar o número de presbíteros, bispos e sedes episcopais. Aos poucos, novas dioceses foram surgindo no território brasileiro, consequência do trabalho dos missionários citados no capítulo anterior e das boas relações dos líderes católicos com o governo brasileiro e com Roma. As Cartas Coletivas eram os grandes instrumentos balizadores da prática eclesial. E para formar os futuros sacerdotes, surgiram as casas de formação em regiões estratégicas com a missão de formar e organizar o clero brasileiro.

A história eclesial brasileira deve memória aos clérigos Padre Landell de Moura, Cardeal Arcoverde, Dom Leme e Padre Júlio Maria. Com atuações específicas, cada um deles contribuiu para a organização interna da Igreja no Brasil. Também compõe o terceiro capítulo a presença do santo do nordeste, o Padim Ciço, militante público, que pagou em vida as difíceis relações da Igreja e do Estado, realidade semelhante ainda no século XXI. E esse terceiro capítulo encerra-se com o ressurgimento das ordens e congregações, das quais figuraram personalidades fortes no episcopado e no clero. Porém, ainda ao longo do terceiro capítulo, é comum o discurso de dificuldades nas relações étnicas. Preconceito, poder, estrutura e hierarquia eclesiástica continuam constantes na história da Igreja no Brasil na primeira metade do século XX.

No quarto capítulo, *A realidade sociocultural emergente e os novos caminhos do apostolado*, registra-se as mudanças ocorridas após a proclamação da República. Centros de grande poder político perdem a primazia e as novas potências surgem nos extremos da geografia nacional. Houve o impulso na educação, com cunho religioso confessional. “Uma rede de escolas católicas de dimensão nacional, no que teve particular importância as numerosas ordens e congregações religiosas de ambos os sexos que iam se estabelecendo no país”<sup>1</sup>. Para citar exemplos desta rede temos os jesuítas, com o Colégio Catarinense de Florianópolis, fundado em 1905, os salesianos com o Liceu Maria Auxiliadora de Campinas (SP), fundado em 1897 e, pela ala feminina, o Colégio Nossa Senhora de Sion de São Paulo, fundado em 1901. O ensino confessional, católico,

<sup>1</sup> VIEIRA, Dilermando Ramos. *História do catolicismo no Brasil: 1989-1945*. Vol. 2. São Paulo: Santuário, 2016. p. 130.



enraizou a elite poderosa e fortaleceu as influências que a religião exercia na República nascente.

O ensino também favoreceu o emergente poder feminino, sempre sob a imposição da fé: “Por mérito, portanto, de moças e matronas piedosas, a vida interior das famílias era sóbria, e as virtudes das devotas, associadas à estabilidade do lar, mostraram ser as grandes reservas da catolicidade brasileira”<sup>2</sup>. Tamanha estabilidade estava com os dias contados com o movimento operário que surgira algumas décadas seguintes. Neste contexto instalam-se as reflexões sobre o poder da religião e as ideias revolucionárias de socialismo político, ideologias e gritos pela liberdade. Como resistir ao impulso do socialismo cristão que encontrou terreno fértil?

Novamente a ordem civil precisaria *imperar*. A religião é chamada em causa para auxiliar e a criatividade do poder surge das irmandades e romarias. A Igreja é o espaço do cultivo da fé, da norma e da civilidade. A fé, por sua vez, recebe um grande movimento apologético. Mas, por trás, o objetivo é defender a religião.

O quinto capítulo, *A articulação em prol do reconhecimento oficial*, discorre sobre as organizações internas à Igreja para a recuperação do *status* do qual gozava antes da secularização do Estado (1890). Tal articulação se deu pela expressiva conversão de alguns anticlericais durante o período imperial. Citamos: Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), conhecido como barão do Rio Branco, Nilo Procópio Peçanha (1876-1923) e Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923).

A Igreja Católica não contava com um fator intraeclesial: o surgimento do pentecostalismo e a instalação das igrejas Congregação Cristã no Brasil Igreja Batista e Assembleia de Deus. No mesmo movimento, surgem as confissões não pentecostais. Sendo assim, o reconhecimento oficial de uma única confissão cristã é adiado pela problemática das disputas doutrinárias que surgem por causa da fé. O Estado caminha, embalando a República.

No sexto capítulo, *A Igreja na “Era Vargas”*, apresenta as novas relações políticas e eclesiais. Num misto de café com leite, fé e política sustentam as relações de bispos que gozam de boa reputação e poder

<sup>2</sup> VIEIRA, 2016, 136.



com o poder federal, que surge do sul do país, longe da binômio São Paulo-Minas Gerais, como costumava ser.

Neste período, foram necessários os ajustes políticos, acordos com favorecimentos entre as partes. De um lado a fé que conseguira os currículos de ensino religioso nas escolas, a presença de clérigos no poder. De outro, a política, na República nascente, nas relações frágeis, no Estado Novo, na Revolução Constitucionalista. Entre acordos e conflitos, a Igreja vai ocupando as oportunidades que surgem.

O Brasil que amarga um período de crise em suas representações políticas, já conheceu ilustres figuras que combateram pela instalação de um Estado laico, porém ciente da importância da fé. Enquanto Estado de Direito, o Brasil carece de homens e mulheres de referência para a fé, seja ela cristã ou não cristã. Mas não é possível abrir mão de baluartes e referenciais humanos para um povo que busca deixar um legado de sua história.



PAGOLA, José Antonio. *Voltar a Jesus: para a renovação das paróquias e comunidades*. Tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2015. 105 p. ISBN 978-85-326-5150-1.

José Flavio Mamede\*

José Antonio Pagola, presbítero católico, cursou Teologia e Ciências Bíblicas na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e na Escola Bíblica Arqueológica Francesa de Jerusalém. Foi docente da Faculdade Teológica do Norte da Espanha, lecionando Cristologia. Tem diversos livros publicados nas áreas de Teologia, Pastoral e Cristologia. Atualmente é diretor do Instituto de Teologia e Pastoral de São Sebastião. Dedicou-se ao estudo da Cristologia, apresentando a pessoa de Jesus em suas obras, entre as quais merece destaque: *Jesus, aproximação histórica*.

Na apresentação do livro *Voltar a Jesus*, o Autor (A), desenvolve de forma precisa a intenção do seu escrito, ou seja, partir da análise pastoral da Exortação Apostólica Alegria do Evangelho (*Evangelii Gaudium*) do papa Francisco, com o objetivo de ajudar as paróquias e comunidades cristãs a responder ao chamado do papa de maneira lúcida, responsável e entusiasta. O documento papal não apenas quer fazer um *aggionamento* e nem somente recuperar o espírito pastoral do Concílio Vaticano II, que renovou a Igreja pela reforma litúrgica, celebração da eucaristia na língua de cada povo e centralidade da Palavra de Deus, mas provocar a uma verdadeira conversão, voltando-se a Jesus Cristo. Na apresentação de seu livro, elaborou um resumo muito atraente dos capítulos, o que permite ao leitor um gosto pela leitura.

O primeiro capítulo apresenta os novos caminhos vividos e postulados pela renovação conciliar. Neste capítulo o A. faz uma análise entre o modelo da cristandade e o modelo inovador do Concílio Vaticano II. O modelo tradicional, definido como uma pastoral de transmissão ou pastoral do enquadramento colocava o cristão dentro do território paroquial, tendo como sustentáculo dessa ação pastoral: o pároco, a paróquia

\* Mestrando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Belo Horizonte, MG, Brasil. Bolsista da CAPES. Presbítero da Diocese de Patos-PB.

E-mail: mamedej@ig.com.br



e os sacramentos. Essa ação pastoral durou mais de oito séculos e sem grandes mudanças deu uma estabilidade e homogeneidade à Igreja, chamada de “sociedade da cristandade”. A sociedade secularizada e plural provocou uma crise no modelo da cristandade com consequências como a diminuição dos católicos, escassez dos padres e envelhecimento da paróquia em crise. Por isso, o Concílio Vaticano II provocou uma renovação pastoral na igreja com propostas novas de evangelização por meio de uma pastoral da acolhida atenta às necessidades do povo, além de aproximar os presbíteros aos leigos em atitude de reciprocidade, intercâmbio e colaboração com um olhar voltado às necessidades dos diversos grupos, respeitando também sua pluralidade. Entretanto não se alcançou o objetivo que era transformar progressivamente as paróquias em verdadeiras comunidades. Aponta-se como outra ação inovadora, a pastoral de proposta da fé, isto é, anunciar as verdades da fé como uma proposta, que foi sugestão dada pela Conferencia Episcopal Francesa em novembro de 1997, com o título: *Propor a fé na sociedade atual*. Isso porque a chamada pastoral de manutenção não mais respondia aos desafios da evangelização, limitando-se apenas à sobrevivência pastoral. Como fruto dessa renovação, foi preciso propor a pastoral de diálogo, inspirada na encíclica de Paulo VI *Ecclesiam suam*, que não foi muito exitosa.

O segundo capítulo enumera os fatores presentes em muitas linhas pastorais, que fazem uma volta à teologia pré-conciliar: reação de autodefesa, opção pelo restauracionismo e a passividade generalizada do povo de Deus, ou seja, uma renovação que foi estagnada. De fato, não faltaram posturas, defendendo que a renovação conciliar deveria ser freada. Ideias como niilismo, ausência de Deus, secularização e sociedade pós-cristã foram cada vez mais constatadas pelos sociólogos da religião, provocando uma verdadeira crise nas igrejas cristãs. Também a perda de fiéis, dificuldades de vocações e esfriamentos por parte dos agentes de pastorais fizeram com que a Igreja fosse abalada pelo desânimo dos desafios da evangelização. Muitos pastoralistas do modelo conservador apontaram como opção de se preservar da crise, a autodefesa e o restauracionismo, caindo em posturas anacrônicas e pouco significativas para as novas gerações. Os anos pós-conciliares foram considerados turbulentos, levando a cúpula conservadora a adotar posturas de retrocessos, interpretando as dificuldades próprias desse período histórico como o espírito da modernidade que foi introduzido na igreja. Soma-se ao retrocesso conciliar uma passividade do povo cristão, que foi educado para a submissão, a obediência e o silêncio. A Igreja acentuou de forma



exaustiva sua autoridade hierárquica e fechou os olhos para a sociedade secularizada.

A nova etapa da evangelização, defendida pelo papa Francisco, através de uma conversão pastoral e missionária é a temática do terceiro capítulo, que chama a Igreja a fazer uma renovação, vivendo um novo clima em busca de vencer o medo que paralisou a Igreja no pós-concílio. Libertar-se do medo, vencer estruturas caducas, que impedem as mudanças significativas serão possíveis a partir da recuperação do frescor original do evangelho e da superação das formas desvirtuadas de cristianismo. A originalidade do evangelho comporta voltar ao encontro pessoal com Jesus Cristo, pela vivência e anúncio do essencial da boa nova, bem como pelo imperativo do Reino de Deus como fé vivida de forma autêntica, que não é individualista, mas transformadora. A superação das formas desvirtuadas do cristianismo será alcançada pelo abandono do mundanismo espiritual, das formas pouco sadias de espiritualidade, dos estilos que dificultam a renovação evangélica e das guerras entre os cristãos. O mundanismo espiritual esconde-se através de uma aparência religiosa, de uma fé enclausurada, subjetivista e distanciada da vida como também por uma liturgia exibicionista e uma vanglória das causas sociais. Experiências não sadias de espiritualidades confundem a vida espiritual com movimentos religiosos, buscam um verdadeiro consumismo espiritual e um bem estar espiritual marcado pelo consumismo, cuja raiz está na teologia da propriedade. Estilos de vida pragmáticos intitulados como normalidade prática dificultam o avanço da evangelização e causam um cansaço no dinamismo apostólico. A maneira como vivem muitas comunidades expressa um espírito de busca por cargos e poder que dá espaço para ódio, competições e perseguições, causando uma lacuna no seguimento e no testemunho evangélico. Ainda neste capítulo o A. aponta que o caminho para a conversão da Igreja é sair para as periferias existenciais, superando uma pastoral de mera conservação para uma pastoral em chave missionária.

A temática a que se propôs é desenvolvida no quarto capítulo: converter a Jesus, o Cristo. A volta a Jesus Cristo não se trata apenas de mudanças ou inovações pastorais e hierárquicas, mas uma conversão ao projeto de Jesus, ou seja, desenvolver em nossa realidade e época o que Jesus fazia numa perspectiva de *aggiornamento*. Converter significa ter uma nova relação com Jesus, introduzir a verdade de Jesus em nosso cristianismo e reavivar a força da esperança em Cristo ressuscitado. A conversão de toda a Igreja será motivada pela busca da identidade dos





discípulos e seguidores de Jesus Cristo que não poderá ser marcada nem pela sombra de uma adesão à doutrina, nem pela busca rigorista dos postulados morais e devocionais impregnados em muitas práticas religiosas. A conversão pastoral consiste numa vinculação pessoal a Jesus Cristo, procurando deixar-se conduzir por Ele e abandonando esquemas fechados e enfadonhos que não provocam uma alegria em buscar e viver o evangelho como força libertadora. A consequência da conversão pastoral será uma comunidade que vive a esperança no Cristo ressuscitado como força da ressurreição na vivência pastoral, não alimentando pessimismo que destrói o dinamismo e a própria renovação. A esperança deve ser experienciada em dois aspectos: buscar uma mudança de estruturas caducas e preparar caminhos em buscar energias, apelos e carismas novos.

No quinto capítulo, o A. apresenta orientações para liberar a força do evangelho nas comunidades. O evangelho não pode ficar preso a um conjunto de doutrinas, práticas devocionais e morais, que impedem o cristão de ver a mensagem de Cristo, ou seja, uma religião que fica enclausurada e esconde a força vital do evangelho. Faz-se necessário voltar ao evangelho como força querigmática das primeiras comunidades, através da consciência de que “o Evangelho é Jesus, o Cristo, sua mensagem, sua vida, sua morte e ressurreição. Ele é o portador e o conteúdo da boa notícia de Deus” (p. 59), pois o evangelho deve ser o grande encanto que motiva toda a comunidade. A comunidade vive do contado direto com o evangelho, logo é necessário liberar o protagonismo do evangelho conforme acontecia nas primeiras comunidades, ou seja, chega o momento de pensar a vivência da comunidade a partir do evangelho. O A. destaca a homilia como tarefa insubstituível no anúncio do evangelho e sugere a criação de espaços fora da liturgia dominical, onde a comunidade possa partilhar o evangelho como acolhida para vida pessoal e comunitária da fé. Colocar o evangelho como centro comporta uma pastoral do evangelho, que está para além das atividades do calendário paroquial, e, por conseguinte para além de uma pastoral litúrgica e sacramental por via de doutrinas, mas como uma força que regenera a comunidade paroquial.

As pistas para orientar o trabalho de evangelização se encontram no sexto capítulo, ou seja, recuperar a dimensão histórica e social do Reino de Deus, projeto humanizador do Pai, que se traduz em vida fraterna, digna e feliz para todos. Precisa-se de uma conversão a dinâmica do Reino de Deus, que supera religião, crença, preceito e ritos, pois segundo o A. o Reino de Deus se define como a “vida tal como Deus a quer construir e tal como Jesus de fato a vai transformando” (p. 69). O



Reino de Deus se manifesta como horizonte das comunidades de fé, que supera o “eclesiocentrismo” na vivência de uma igreja comunicadora e sinal do Reino de Deus e na recuperação dos gestos, reações, linguagem e atitudes de Jesus, tendo como experiência a compaixão que valorize a solidariedade atenta aos sofrimentos e dores de todas as pessoas.

O serviço ao Reino de Deus e a dimensão profética da Igreja como rompimento do silêncio ao anunciar a esperança são destacados no sétimo capítulo. É preciso cuidar do espírito profético de Jesus nas comunidades, através do testemunho de um estilo diferente como um sinal de seguimento, cuja expressão é a justiça. O profetismo haverá de ser carregado de indignação, pois o discípulo não pode permanecer imparcial diante de tanta injustiça, mas também anunciar a esperança na convicção de que é possível um mundo diferente. O profetismo é um carisma do Espírito presente no povo de Deus que permite a Igreja romper o silêncio e não ficar sem palavras, saindo do medo e da paralisia que afogam a alegria e matam a liberdade. Ser uma igreja da esperança é estar a serviço do Reino com audácia de abandonar as estruturas caducas que não abrem mais caminhos para o Reino e voltar à simplicidade do evangelho na fidelidade ao projeto de Jesus.

O oitavo capítulo se apresenta como ser operativo na volta a Jesus, ou seja, trata-se da conclusão do livro, apresentando como alternativa nova, os “grupos de Jesus”, que levem o povo ao processo de conversão a Jesus, que também são espaços para renovação das paróquias. Os grupos de Jesus, definidos assim pelo A., são pequenas comunidades não institucionais, que se propõem a experienciar na atualidade a prática vivida por Jesus no início da sua missão, cujo objetivo principal é um processo de conversão pessoal e grupal a pessoa de Jesus. Isso passará necessariamente por um caminho novo, que os permitirá conhecer melhor Jesus e segui-lo. Logo, essa é a grande motivação: reunir-se em nome de Jesus para conhecê-lo, amá-lo e segui-lo. São grupos que não têm nome e nem advêm de uma convocação individual institucional, não vivenciando nenhuma espiritualidade particular ligados a movimentos ou associações religiosas e são abertos a quem quiser participar dessa experiência de encantamento por Jesus. Os grupos de Jesus não são substituições a grupos de pastorais ou movimentos, mas encontram espaços para deixar-se transformar-se pelo evangelho. Por isso, sendo testemunhas do Reino, procuram construir a Igreja de Jesus num clima de fraternidade e comunhão, não estando custodiado pela hierarquia, mas com total liberdade do protagonismo dos batizados. Esses grupos dedicar-se-ão a reflexão a



partir da Palavra de Deus, tendo um mediador ou mediadora, que não é aquele que sabe mais, mas facilita a participação de todos na reunião do grupo. Essa experiência pode ser multiplicada como também ser uma força na evangelização em busca de voltar à pessoa de Jesus.

A proposta do A. ao comentar a Exortação do Papa Francisco Alegria do Evangelho é muito inovadora, quando desenvolve a partir de uma análise do caminho percorrido pela Igreja pós Vaticano II como um período de esfriamento pastoral. Apresentam-se inúmeras pistas para uma reforma da evangelização e da pastoralidade da Igreja por meio de mudanças estruturais e não periféricas. Percebe-se que a renovação paroquial precisa continuar com novos paradigmas que favoreçam um encontro pessoal com Jesus Cristo, saindo das estruturas caducas como a pastoral de manutenção e avançando para viver experiências novas de acordo com prática de Jesus, que foi o grande missionário. Trata-se de uma obra pastoral a partir da missionariedade de Jesus, por isso a leitura é muito fácil e pertinente, além de que a cada final dos capítulos o A. apresenta umas perguntas, sugerindo lê-lo em comunidade ou grupo, sendo uma espécie de ensaio para a formação dos grupos de Jesus. Conclui-se que o livro pode ser muito bem aproveitado na teologia pastoral, bem como na prática pastoral paroquial.